

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
Contato: (41) 3472-8624

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de uma Creche Tipo II – Proinfância, conforme projeto padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ser implantada em área de 775,85 m² (setecentos e setenta e cinco metros quadrados e oitenta e cinco centésimos), localizada no bairro Canela, junto ao Complexo Esportivo, no Município de Guaratuba/PR, conforme especificações abaixo:

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM NO CATÁLOGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
1	CONSTRUÇÃO DA CRECHE PROJETO PROINFÂNCIA TIPO II – NO BALNEÁRIO ELIANA – PROJETO FNDE, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	5622	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	01	R\$ 4.221.469,22	1,00

Observação: Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as que constam no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão aquelas indicadas no Termo de Referência.

1.2.1. Justificativa para não concessão de tratamento favorecido a ME/EPP

1.2.1.1. Não será concedido, nesta licitação, o tratamento favorecido previsto para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, tendo

em vista a incidência do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. A vedação se justifica em razão da natureza do objeto, que consiste na execução de obra de engenharia de médio a grande porte, envolvendo significativa complexidade técnica, operacional e exigência de capacidade econômico-financeira compatível com o empreendimento. A execução da obra demanda a mobilização de equipe técnica especializada, equipamentos, gestão simultânea de diversas etapas construtivas e capacidade de cumprimento de prazos e padrões rigorosos de qualidade, o que pode não ser compatível com o tratamento diferenciado previsto na legislação para ME/EPP. Além disso, o eventual fracionamento do objeto ou a concessão de benefícios poderia comprometer a eficiência da contratação, a padronização da execução e a adequada fiscalização do contrato, contrariando o interesse público.

Dessa forma, a não aplicação do tratamento favorecido mostra-se medida necessária para assegurar a ampla competitividade, a execução adequada do objeto e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

1.3.1. O objeto dessa licitação é classificado como obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, conforme estabelece o inciso XII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.3.2. O(s) objeto(s) dessa licitação não se enquadra(m) como bem(ns) de luxo.

1.4. Do prazo de vigência da contratação

- a) O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do artigo 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração;
- b) O prazo para início da obra será de até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;
- c) O prazo de execução do objeto será de 08 (oito) meses, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço;

2. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução de obra de engenharia destinada à construção de uma Creche Tipo II – Proinfância, conforme projeto padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ser implantada no bairro Canela, junto ao Complexo Esportivo, no Município de Guaratuba/PR, visando à ampliação da rede municipal de Educação Infantil. O investimento integra o Termo de Compromisso/OGU nº 979298/2025 – Operação nº 1101875-33, no âmbito do Novo PAC, que tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura educacional e a ampliação da oferta de vagas, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

A execução da obra permitirá ampliar o acesso à educação de qualidade, proporcionando ambiente seguro, acessível e adequado ao desenvolvimento integral das crianças, especialmente daquelas residentes em regiões com maior demanda por atendimento. Trata-se de recurso federal oriundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que exige rigor técnico, administrativo e controle na execução e acompanhamento da obra, em razão da responsabilidade na adequada aplicação dos recursos públicos. A contratação justifica-se, portanto, pela necessidade de expansão da rede pública municipal de ensino, pelo compromisso do Município de Guaratuba/PR com a Educação Infantil e pela observância às políticas públicas nacionais voltadas à primeira infância..

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A contratação proposta visa à execução da obra de construção de uma Creche Tipo II – Proinfância, conforme projeto padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ser implantada no bairro Canela, junto ao Complexo Esportivo, destinada à ampliação da rede municipal de Educação Infantil do Município de Guaratuba/PR. A solução contempla todas as etapas necessárias à conclusão da unidade escolar, incluindo serviços preliminares, fundações, estrutura, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, revestimentos, pintura, acessibilidade e demais acabamentos, assegurando a plena funcionalidade do edifício. Considerando que se trata de obra financiada com recursos federais, serão observados rigorosos critérios técnicos e administrativos na execução e fiscalização contratual, sendo exigida garantia de até 8% (oito por cento) do valor do

contrato, como medida de mitigação de riscos e de proteção ao erário. A solução apresenta-se como a alternativa mais viável à Administração, considerando a relação custo-benefício, a segurança jurídica e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Reutilização de materiais,
- Tratamento dos resíduos;
- Disposição ambientalmente adequada dos resíduos

4.1.2. Deverão ser observados critérios e práticas ambientais e socioambientais, especialmente no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil, devendo a contratada atender às diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, e suas alterações, que dispõe sobre a gestão dos resíduos da construção civil.

4.2. AMOSTRAS

4.2.1. Não se aplica, tendo em vista que o objeto trata-se de obra de engenharia, não sendo exigível a apresentação de amostras para a contratação pretendida.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 8% do valor contratual, conforme regras previstas no instrumento contratual.

4.4.1.1 Percentual superior ao previsto como regra geral no art. 98 da Lei nº 14.133/2021 justifica-se em razão da complexidade técnica da obra de construção da Creche II Proinfância, do vulto do empreendimento, da necessidade de assegurar a conclusão integral do empreendimento e da importância de resguardar o investimento público já realizado, garantindo maior segurança e continuidade na execução contratual conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar.

4.4.2. No caso de opção pela modalidade seguro-garantia, a adjudicatária deverá apresentá-la até a data de assinatura do contrato.

4.4.3. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública e fiança bancária, deverá ser prestada **no** prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias úteis contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, após assinatura do contrato.

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

A execução ocorrerá conforme os projetos executivos fornecidos pelo setor de engenharia da Prefeitura, obedecendo às normas técnicas vigentes (ABNT), com métodos construtivos usuais para obras escolares, sob responsabilidade técnica de profissional habilitado. Os serviços deverão seguir o cronograma físico-financeiro previamente aprovado, com execução sequencial e contínua das etapas previstas, incluindo serviços preliminares, infraestrutura, superestrutura, alvenaria, coberturas, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, acabamentos e acessibilidade, respeitando os padrões do FNDE.

5.1.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

O cronograma será estabelecido conforme planilha físico-financeira e cronograma detalhado fornecido pelo setor técnico da Secretaria Municipal do Urbanismo, com prazos compatíveis à complexidade da obra, a ser apresentado pela contratada e aprovado pela fiscalização. As medições seguirão a execução efetiva dos serviços conforme etapas concluídas.

5.1.1.4. Etapas previstas e marcos de execução, pela contratada, após a emissão da Ordem de Serviço:

- Etapa 1: Mobilização e instalação do canteiro de obras;
- Etapa 2: Limpeza e organização do terreno, instalação de tapumes, ligações provisórias e readequação de acessos;
- Etapa 3: Reinício da obra conforme projeto executivo, respeitando a ordem técnica das etapas construtivas, a partir da finalização da Etapa 2.
- Etapa 4: Conclusão da obra e entrega final – conforme prazo contratual e aceite da fiscalização.

5.2. Materiais a serem disponibilizados

5.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3 Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Tocantis s/nº, junto ao Complexo Esportivo – Bairro Canela – Guaratuba – Paraná.

5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.2. A demanda da Administração fundamenta-se nas características específicas da obra de construção da Creche Tipo II – Proinfância, conforme projeto aprovado pelo FNDE, destinada à ampliação da rede municipal de Educação Infantil;

5.4.3. Trata-se de obra nova de construção de unidade escolar, com capacidade para atender até 188 crianças, em dois turnos, ou 94 crianças em período integral, contemplando áreas pedagógicas, administrativas e de convivência, conforme projeto padrão FNDE, devendo ser observada rigorosamente a qualidade dos materiais e execução dos serviços.

5.4.4. O projeto e as especificações técnicas são oriundos do programa Proinfância – FNDE, devendo ser seguidos integralmente, incluindo normas de segurança, acessibilidade e qualidade, em consonância com a legislação vigente.

5.4.5 A execução deverá considerar medidas de segurança no canteiro de obras, adequações iniciais necessárias para seu funcionamento e o fiel cumprimento do cronograma físico-financeiro previsto nos documentos técnicos anexos ao processo.

5.5. Especificação da garantia do serviço

5.5.1 O prazo de garantia dos serviços executados deverá observar o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como as normas técnicas aplicáveis e o prazo mínimo de responsabilidade técnica previsto para obras de engenharia, conforme legislação vigente.

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos especiais de transição e finalização do contrato, considerando que o objeto consiste na execução integral da obra, devendo sua entrega ocorrer conforme especificado no projeto com realização de vistoria final, emissão de termo de recebimento provisório e definitivo, nos termos da legislação aplicável.

5.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1. São obrigações da Contratada:

- I.** Executar a obra em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, normas vigentes e prazos estabelecidos no edital e seus anexos, garantindo a entrega final da construção em perfeitas condições de uso, segurança e qualidade.
- II.** Responsabilizar-se por eventuais vícios, falhas técnicas ou danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) e da legislação específica aplicável às obras públicas;
- III.** Corrigir, reparar ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo estabelecido pela Administração, qualquer etapa ou serviço da obra que apresente irregularidades, vícios ou que estejam em desconformidade com os projetos e normas;
- IV.** Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para execução de etapa programada, qualquer impedimento que possa comprometer o cronograma, apresentando justificativas e documentação comprobatória;

- V. Indicar preposto responsável pela interlocução com a Administração, bem como garantir comunicação contínua e transparente durante toda a execução contratual;
- VI. Manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as de ordem técnica e econômico-financeira;
- VII. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos insumos, etapas ou quantitativos constantes de sua proposta, devendo garantir a integral execução do objeto contratado, exceto nos casos em que ocorrer alteração formal do projeto ou das especificações pela Administração, paralisação por interesse do contratante ou ajustes legais previstos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- VIII. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados da contratada;
- IX. Garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, inclusive com fornecimento e uso obrigatório de EPIs e EPCs, bem como adoção de medidas de proteção no canteiro de obras;
- X. Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/CAU, referente à execução da obra, antes do início dos serviços;
- XI. Manter o canteiro de obras organizado, limpo e seguro durante toda a execução, realizando a correta destinação dos resíduos gerados, conforme legislação ambiental vigente;
- XII. Permitir e facilitar o acesso da fiscalização da Administração, fornecendo todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

5.8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.8.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, desde que devidamente justificado e formalizado, sendo tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.2 O contratado deverá manter preposto no local da execução da obra, durante toda a sua execução, garantindo o acompanhamento contínuo e a pronta comunicação com a fiscalização.

6.6.3 O contratante poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que o contratado deverá designar outro.

6.7. Rotinas de Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico da obra (responsável pela execução), Sr. José Carlos Sdroeiwski, acompanhará a execução da obra, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no cronograma físico e financeiro, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. O fiscal técnico da obra, responsável pela execução, anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.4. O fiscal técnico da obra, responsável pela execução, informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.6. O fiscal técnico, responsável pela execução, comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.9.1. O fiscal do contrato será Paulina Jagher Muniz e a Gisele Aparecida Schmitz, conforme portaria de nomeação.

6.9.2. O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

6.10. GESTOR DA CONTRATAÇÃO

6.10.1. O gestor do contrato será Evani Cordeiro Justus, conforme portaria de nomeação.

6.10.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;

II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Parecer dos fiscais técnicos, a partir das medições efetuadas, observando os Memoriais Descritivos, Cronogramas e demais documentos técnicos, para aferição da pontualidade, quantidade e qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Cumprimento ao disposto nos Memoriais Descritivos e Projetos;

7.3.2 Cumprimento dos percentuais previstos no Cronograma Físico-financeiro;

7.3.3 Conclusão da etapa ou subetapas previstas.

7.4. As medições serão realizadas mensalmente, ou conforme cronograma físico-financeiro, mediante verificação in loco pela fiscalização, considerando os serviços efetivamente executados.

7.5. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória da execução dos serviços, incluindo nota fiscal, relatório de medição e demais documentos exigidos pela Administração.

7.6. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, condicionada à aprovação da medição pela fiscalização e à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7.7. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

7.8. Poderão ser efetuadas retenções legais, inclusive relativas a encargos trabalhistas e previdenciários, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

7.9 DO RECEBIMENTO

Do recebimento

7.9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.9.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada período de medição, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição dos serviços acompanhada de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.9.3 Considerar-se-á como concluída a etapa quando os serviços previstos no cronograma físico-financeiro estiverem executados em sua totalidade.

7.9.4 O contratado deverá apresentar, quando aplicável, documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados na execução.

7.9.5. O prazo para recebimento provisório será contado a partir da comunicação formal da contratada, acompanhada da comprovação da execução dos serviços referentes à parcela a ser recebida.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.9.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências técnicas.

7.9.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências administrativas.

7.9.8. Quando houver apenas um fiscal, o termo deverá contemplar os aspectos técnicos e administrativos.

7.9.9. Para fins de medição e faturamento, será considerada a realização de medições mensais, conforme execução efetiva dos serviços.

7.9.10. O recebimento provisório somente será considerado concluído com a emissão do respectivo termo detalhado.

7.9.11. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.9.12. A fiscalização não atestará a medição final enquanto não forem sanadas todas as pendências identificadas.

7.9.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.9.14. O recebimento provisório poderá ficar condicionado à conclusão de testes, ensaios e à entrega de manuais e documentos técnicos exigidos.

RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.9.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade e quantidade do objeto.

7.9.16. O recebimento definitivo compreenderá:

I – Análise dos relatórios e documentos apresentados pela fiscalização;

II – Verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

III – Emissão de termo detalhado de recebimento definitivo.

7.9.17. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, a Administração notificará o contratado para as devidas correções.

7.9.18. Após o recebimento definitivo, a contratada será comunicada para emissão da nota fiscal/fatura, com base nos valores aferidos pela fiscalização.

7.9.19. A documentação será encaminhada ao setor competente para fins de liquidação e pagamento.

7.9.20. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser efetuado o pagamento da parcela incontroversa.

7.9.21. Nenhum prazo de recebimento será contado enquanto pendentes correções por parte do contratado.

7.9.22. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade técnica pela execução do contrato.

7.10. LIQUIDAÇÃO

7.10.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, Endereço Rua Doutor João Cândido, nº 380, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

7.10.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.10.3 Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

7.10.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
Contato: (41) 3472-8624

7.10.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

7.11. FORMA DE PAGAMENTO

7.11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

7.11.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

7.11.3. A **Contratante** realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

7.11.4. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

7.11.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

7.11.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de

julgamento pelo [MENOR PREÇO]. O regime de execução do objeto será empreitada por preço global.

8.1.1.1 Justifica-se a não divisão do objeto em itens por se tratar de obra de engenharia destinada à construção da Creche Tipo II – Proinfância, cuja execução integrada é essencial para garantir a padronização construtiva, a compatibilidade entre as etapas e a adequada responsabilidade técnica pela obra como um todo.

O eventual fracionamento do objeto poderia comprometer a qualidade final da edificação, dificultar a coordenação das atividades, gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas e impactar negativamente o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

Dessa forma, a contratação por lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, assegurando maior eficiência na execução, melhor controle da fiscalização e otimização dos recursos públicos, nos termos da legislação vigente.

8.1.2. O modo de disputa será [aberto]

8.1.3. O prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias.

8.2. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação observarão o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão as usuais constantes do edital, compreendendo:

a) Habilitação jurídica:

- Empresário Individual;
- Microempreendedor Individual – MEI (conforme cadastro disponível no sítio eletrônico oficial: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>);
- Sociedade Empresária;
- Sociedade Limitada Unipessoal – SLU;
- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- Sociedade Empresária Estrangeira com atuação permanente no País;
- Sociedade Simples;
- Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária;

- Sociedade Cooperativa.

b) Regularidade fiscal e trabalhista:

- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa de Débitos (CND) Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão os usuais constantes do edital, compreendendo, entre outros:

- Certidão Negativa de Falência e Concordata.
- Balanço Patrimonial;
- Prova de Capacidade Financeira, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de: - liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e endividamento (E), tais índices serão calculados como se segue: $LG : (AC + RLP) / (PC + ELP)$ $LC : (AC / PqE)$ $E : (PC + ELP) / (AC + RLP + IP)$ onde: AC- ativo circulante PC - passivo circulante AP - ativo permanente RLP - realizável a longo prazo ELP - exigível a longo prazo.

Contudo, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.2.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os usuais constantes do edital, compreendendo, entre outros:

a) Atestado de visita técnica ao local da obra, comprovando que a proponente teve acesso às condições do local, documentos e demais informações necessárias para a execução dos serviços, ou, alternativamente, declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra, assumindo integral responsabilidade por esse fato e renunciando a eventuais questionamentos futuros de natureza técnica ou financeira;

b) Comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (CAT), emitido em nome da empresa e/ou do responsável técnico (engenheiro civil ou arquiteto e urbanista), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA ou CAU. Para fins de compatibilidade, será considerada a execução de obra civil com área mínima de 388 m²;

b.1) JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, incluindo a execução anterior de obra com área mínima correspondente a 50% da área total do objeto (388 m²), encontra respaldo no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Tal exigência não possui caráter restritivo, mas sim visa assegurar que a empresa contratada detenha experiência prévia compatível com a complexidade e porte da obra a ser executada, qual seja, a construção de unidade escolar do tipo Creche Tipo II, com área total de 775,85 m², conforme padrão estabelecido pelo FNDE, no âmbito do Programa PAC.”

Destaca-se que a definição do quantitativo mínimo exigido considerou as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da obra, tais como:

- execução de estruturas de concreto armado;
- serviços de fundação;
- alvenaria estrutural;
- cobertura;
- instalações elétricas e hidrossanitárias;
- acabamentos e demais serviços essenciais à entrega da edificação em pleno funcionamento.

A fixação do percentual de 50% da área total do objeto mostra-se razoável e proporcional, sendo suficiente para demonstrar a capacidade da empresa em executar obra de porte semelhante, sem, contudo, restringir a competitividade do certame, uma vez que não exige experiência idêntica ou integral, mas apenas compatível.

Ademais, a medida visa mitigar riscos à Administração Pública, tais como atrasos na execução, falhas construtivas e inexecução contratual, garantindo maior segurança na aplicação dos recursos públicos oriundos do convênio com o FNDE. Dessa forma, a exigência encontra-se devidamente justificada sob os aspectos técnico, legal e operacional, atendendo aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
Contato: (41) 3472-8624

- c) Registro da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Caso a empresa não possua registro no estado do Paraná, deverá apresentar a certidão de registro do seu estado de origem e, sendo declarada vencedora do certame, apresentar, no momento da assinatura do contrato, o visto do CREA-PR ou CAU-PR para a execução do serviço;
- d) Comprovante de registro do profissional responsável técnico (engenheiro civil ou arquiteto e urbanista) no respectivo conselho de classe (CREA/CAU);
- e) Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do(s) profissional(is) que atuará(ão) na execução da obra, referente à execução de obra civil com área mínima de **388 m²**;
- f) Comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa, por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou ainda, a declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de sua anuência expressa.

8.2.3.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.3.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.2.3.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.3 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.4 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8. 5 Qualificação Técnico-Profissional

8.5.1 Lista nominal dos profissionais que se responsabilizarão pela execução do objeto (modelo anexo a este Termo de Referência); O Modelo de declaração de indicação de responsáveis técnicos deverá constar anexo do Edital;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é R\$ 4.221.469,22 (Quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

9.1. DA REVISÃO

9.1.1 Revisão contratual não se aplica neste caso, por se tratar de obra de engenharia;

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, em razão de se tratar de contratação vinculada a convênio firmado com o FNDE, observadas as condições estabelecidas no plano de trabalho aprovado.

9.2.2. Não será admitido reajuste, repactuação ou qualquer forma de atualização de valores, tendo em vista as regras específicas do convênio, salvo se houver autorização expressa do órgão concedente e disponibilidade orçamentária específica.

9.2.3. Eventuais alterações de valores somente poderão ocorrer mediante autorização formal do FNDE e celebração de termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

9.2.4. Na hipótese excepcional de autorização do órgão concedente para aplicação de reajuste, este deverá observar o índice e os critérios por ele definidos, não sendo aplicável automaticamente qualquer índice previsto pela Administração.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Guaratuba, encontrando-se alinhada ao objetivo de garantir estrutura física adequada para a ampliação da oferta da educação infantil.

10.2. O investimento total da obra está estimado em R\$ 4.221.469,22 (quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos), sendo:

- R\$ 3.907.712,05 referentes aos itens financiáveis com recursos do FNDE:
Red. 377 - 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações, Fonte 1072;
- R\$ 313.757,17 correspondentes aos itens não financiáveis, de responsabilidade como contrapartida do Município de Guaratuba:
Red. 377- 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações, Fonte 104.

11. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Guaratuba, 06 de abril de 2026.

Assinado por:
Evani Justus
16/04/2026 - 09:00
CWV2I607S8IGRDMFH88UMG

Evani Cordeiro Justus
Secretária Municipal da Educação
Decreto n.º 26.469/2025



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.
Contato: (41) 3472-8624

ANEXO XXXX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONCORRÊNCIA Nº XXX2/202X

Processo: XXXX/202X,

Eu, _____ (Representante legal devidamente qualificado) da
empresa _____ DECLARO, para os devidos fins, que o(s) responsável(is)
técnico(s) pela execução do objeto da licitação em epígrafe será(ão) o(s) elencado(s) no quadro abaixo:

Nome do(s) profissional(is):

Registro no conselho:

Nome do(s) profissional(is):

Registro no conselho:

NOME (RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL)